

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Referente aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2020 e 2019 e
Relatório dos Auditores Independentes



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020	11



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas” e 3 - “Resumo das principais políticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas”, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas” e 3 - “Resumo das principais políticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	31.12.2020	31.12.2019
Circulante e Não Circulante		60.185.710	41.381.298
Disponibilidades		226.799	105.150
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	1.541.024	2.394.321
Aplicações no mercado aberto		948.993	1.994.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros		78.189	114.285
Aplicações em moedas estrangeiras		513.842	285.314
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	14.232.512	7.149.319
Carteira própria		5.656.728	2.390.925
Vinculados a compromissos de recompra		2.823.095	887.292
Vinculados à prestação de garantias		1.249.569	1.039.253
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.670.249	1.501.737
Instrumentos financeiros derivativos		2.832.871	1.330.112
Relações interfinanceiras		7.695	8.561
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	3
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		7.619	8.474
Correspondentes		76	84
Operações de crédito	(6)	9.272.960	11.672.614
Setor privado		9.804.761	10.757.727
Setor público	(6.1.2)	-	1.427.991
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(531.801)	(513.104)
Outros créditos		34.710.540	19.873.672
Carteira de câmbio	(7.1)	28.793.444	14.467.684
Rendas a receber		66.557	53.507
Valores a receber relativos a transações de pagamento		1.820.001	2.176.003
Títulos e créditos a receber		1.964.666	1.122.491
Negociação e intermediação de valores		14.431	52.263
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	1.273.774	1.152.420
Diversos	(7.3)	1.025.262	965.028
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(247.595)	(115.724)
Outros valores e bens		194.180	177.661
Despesas antecipadas		194.180	177.661
Permanente		176.134	173.495
Investimentos		29.002	19.813
Participação em controlada no país	(8)	28.469	19.280
Outros investimentos		533	533
Imobilizado de uso		55.535	58.736
Outras imobilizações de uso		128.301	115.020
Depreciações acumuladas		(72.766)	(56.284)
Intangível	(9)	91.597	94.946
Ativos intangíveis		180.552	166.896
Amortização acumulada		(88.955)	(71.950)
TOTAL DO ATIVO		60.361.844	41.554.793

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais mil)

PASSIVO	NOTAS	31.12.2020	31.12.2019
Circulante e Não Circulante		55.742.765	37.176.610
Depósitos	(10)	10.141.512	4.838.126
Depósitos à vista		898.787	433.807
Depósitos interfinanceiros		490.441	19.342
Depósitos a prazo		8.454.584	4.174.514
Depósitos em moeda estrangeira		297.700	210.463
Captações no mercado aberto		2.302.444	827.557
Carteira própria		1.552.745	802.557
Carteira de terceiros		749.699	25.000
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11)	3.138.137	5.416.399
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.245.260	2.926.016
Obrigações por emissão de letras de crédito de agronegócio		496.569	424.022
Certificados de operações estruturadas		1.396.308	2.066.361
Relações interfinanceiras		349.025	378.748
Recebimentos e pagamentos a liquidar		349.025	378.748
Relações interdependências		126.430	93.842
Recursos em trânsito de terceiros		126.430	93.842
Obrigações por empréstimos e repasses	(12)	9.722.127	7.071.498
Empréstimos no exterior		6.743.453	4.565.042
Repasses do país		77.234	135.357
Repasses do exterior		2.901.440	2.371.099
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	3.728.969	2.473.434
Instrumentos financeiros derivativos		3.728.969	2.473.434
Outras obrigações		26.234.121	16.077.006
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.278	2.214
Carteira de câmbio	(7.1)	22.470.997	12.342.268
Sociais e estatutárias		102.417	23.246
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(13.1)	455.264	284.638
Negociação e intermediação de valores		69.047	102.603
Provisão para passivo contingente	(13.3.1)	818.833	823.881
Provisão para garantias financeiras prestadas	(20.1)	63.295	120.578
Dívida subordinada	(13.2)	978.120	1.103.772
Obrigações por transações de pagamento		793.841	795.572
Diversas	(13.3)	465.108	454.721
Resultado de exercícios futuros		14.921	23.513
Patrimônio líquido	(14)	4.619.079	4.378.183
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.276.870	1.046.720
Ajuste de avaliação patrimonial		31.975	30.285
Participação de não controladores		1.555.628	1.546.572
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		60.361.844	41.554.793

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

	NOTAS	01.07 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Receitas da intermediação financeira		832.487	5.520.472	3.509.532
Operações de crédito		649.957	2.548.151	2.433.453
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		378.865	751.986	850.205
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(118.828)	169.665	94.619
Resultado de operações de câmbio		(126.459)	1.523.722	53.744
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		48.952	526.948	77.511
Despesas da intermediação financeira		(287.705)	(3.933.368)	(1.956.101)
Operações de captação no mercado		(316.966)	(808.577)	(822.825)
Operações de empréstimos e repasses		396.198	(2.355.197)	(531.531)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(366.937)	(769.594)	(601.745)
Resultado bruto da intermediação financeira		544.782	1.587.104	1.553.431
Outras receitas (despesas) operacionais		(367.326)	(940.091)	(963.916)
Receitas de prestação de serviços		337.305	523.770	388.629
Rendas com tarifas bancárias		44.738	99.850	124.578
Despesas de pessoal		(192.821)	(379.842)	(364.230)
Resultado de participação em controlada	(8)	(2.670)	(1.276)	7.281
Outras despesas administrativas	(15)	(353.464)	(720.288)	(723.425)
Despesas tributárias	(16)	(84.774)	(186.259)	(146.520)
Resultado de outras provisões	(17)	22.905	14.672	(104.653)
Outras receitas operacionais	(18.1)	97.391	150.743	178.185
Outras despesas operacionais	(18.2)	(235.936)	(441.461)	(323.761)
Resultado operacional		177.456	647.013	589.515
Resultado não operacional		(1.306)	(3.409)	(2.104)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		176.150	643.604	587.411
Imposto de renda e contribuição social	(19)	(4.394)	(172.286)	(132.458)
Provisão para imposto de renda		(39.800)	(173.482)	(53.990)
Provisão para contribuição social		(32.576)	(129.109)	(32.266)
Ativo fiscal diferido		67.982	130.305	(46.202)
Participações no lucro		(69.678)	(134.456)	(104.616)
Lucro líquido do semestre/exercícios		102.078	336.862	350.337

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

	01.07 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
Lucro líquido	102.078	336.862	350.337
"Hedge" de fluxo de caixa:	3.452	4.824	1.578
Variação de valor justo	6.275	8.772	2.867
Efeito fiscal	(2.823)	(3.948)	(1.289)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(34.035)	(2.190)	24.004
Variação de valor justo	(40.604)	17.948	(13.266)
Ganhos (perdas) transferidos ao resultado por alienação	(11.209)	(20.202)	44.597
Efeito fiscal	17.778	64	(7.327)
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios	(30.583)	2.634	25.582
Total do resultado abrangente	71.495	339.496	375.919

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.238.066	163.843	720.542	3.562	-	1.368.255	3.494.268
Aumento de capital	516.540	-	-	-	-	-	516.540
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	25.145	-	(1.141)	24.004
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	1.578	-	-	1.578
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	170.879	179.458	350.337
Destinações:							
Reserva legal	-	8.544	-	-	(8.544)	-	-
Reserva estatutária	-	-	153.791	-	(153.791)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.544)	-	(8.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	1.546.572	4.378.183
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(3.134)	-	944	(2.190)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	4.824	-	-	4.824
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	328.750	8.112	336.862
Destinações:							
Reserva legal	-	16.437	-	-	(16.437)	-	-
Reserva estatutária	-	-	213.713	-	(213.713)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(90.000)	-	(90.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.600)	-	(8.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	-	1.555.628	4.619.079
Saldos em 30 de junho de 2020	1.754.606	181.261	874.333	61.861	168.612	1.605.511	4.646.184
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(33.338)	-	(697)	(34.035)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	3.452	-	-	3.452
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	151.264	(49.186)	102.078
Destinações:							
Reserva legal	-	7.563	-	-	(7.563)	-	-
Reserva estatutária	-	-	213.713	-	(213.713)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(90.000)	-	(90.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.600)	-	(8.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	-	1.555.628	4.619.079

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

	01.07 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2020	01.01 a 31.12.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	225.812	963.480	1.191.155
Lucro líquido	102.078	336.862	350.337
Depreciações e amortizações	21.160	37.259	30.241
Resultado de participação em controlada	2.670	1.276	(7.281)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	71.584	66.194	(67.823)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	366.937	769.594	601.745
Provisão/(Reversão) para garantia e fianças prestadas	(6.707)	(57.283)	34.830
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	(10.905)	(3.874)	35.315
Tributos diferidos	(67.982)	(130.305)	46.202
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(77.532)	10.159	58.336
Participações nos lucros e bônus	69.710	128.904	94.502
Provisão - outras	(2.436)	2.286	24.209
Provisão para perdas operacionais	30.151	81.463	36.552
Receita de prestação de serviços não recebidas	(173.582)	(178.940)	(27.417)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	3.327	6.567	6.281
Variação monetária	(2.827)	(2.835)	(9.342)
Lucro/(Prejuízo) na alienação de investimento e imobilizado de uso	-	(6)	161
Dividendos a pagar	(98.600)	(98.600)	-
Diversos	(1.234)	(5.241)	(15.693)
Variação de ativos e obrigações	(1.373.799)	(1.832.561)	(4.948.174)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	73.851	(304.253)	(51.461)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(2.607.662)	(5.841.804)	(581.391)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	66.077	(28.856)	5.998
(Aumento) Redução em relações interdependências	56.271	35.422	38.165
(Aumento) Redução em operações de crédito	(374.035)	1.763.377	(515.537)
(Aumento) Redução em outros créditos	3.192.483	(14.701.137)	375.801
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(40.093)	(16.518)	(14.685)
Aumento (Redução) em depósitos	3.520.424	5.303.388	(672.869)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	74.623	1.474.887	(378.084)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(780.527)	(2.278.261)	(808.276)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	76.507	65.788	(205.387)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.446.287)	2.650.629	(1.246.314)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(2.182.407)	10.053.370	(901.531)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(3.024)	(8.593)	7.397
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.147.987)	(869.081)	(3.757.019)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) Alienação de investimentos	(17.472)	(10.465)	(248)
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(15.624)	(31.326)	(11.154)
(Aquisição) Alienação de intangível	359	622	(17.989)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(32.737)	(41.169)	(29.391)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos e Juros sobre capital próprio	-	-	(119.000)
Aumento (Redução) de capital	-	-	516.540
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	(515.191)	(125.651)	72.518
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(515.191)	(125.651)	470.058
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1.695.915)	(1.035.901)	(3.316.352)
No início do período	2.871.707	2.211.693	5.528.045
No fim do período	1.175.792	1.175.792	2.211.693
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.695.915)	(1.035.901)	(3.316.352)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A. ("Conglomerado") engloba além do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), o Banco Cetelem, o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior e o BGN Mercantil e Serviços Ltda. O Conglomerado pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. O Banco BNP Paribas Brasil é a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução CMN nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do BACEN nº 3.701, de 13 de março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras, fundo de investimento e empresa de serviços:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A.	Bancária	Brasil
BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	Brasil
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A.. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

BGN Mercantil e Serviços Ltda.

O BGN Mercantil e Serviços Ltda. tem por objeto social a aquisição de direito de crédito decorrente de vendas mercantis e de outros negócios jurídicos.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: **i)** provisão para créditos de liquidação duvidosa; **ii)** ativos fiscais diferidos; **iii)** provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; **iv)** valorização de instrumentos financeiros e **v)** outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Mudança na Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando a Circular nº 3.959 e estabelecendo que seus preceitos abrangessem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, inclusive.

Página 11



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

A Resolução BCB nº 2 exigiu informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais, dentre as quais também foram consideradas nas Demonstrações deste Conglomerado Prudencial, das quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos segregados entre Circulante e não Circulante estão demonstradas nas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão da Nota Explicativa: nº 18.3 "Resultado não Recorrente" e nº 21.5 "Política de Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade", em atendimento a Resolução BCB nº 2.

c) Outras informações

O Conglomerado, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Conglomerado incluiu na nota nº 22 - "Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- **"Hedge" de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **"Hedge" de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.2.4.



f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As operações de empréstimo consignado, com prazo superior a 36 meses é utilizado a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução CMN nº 2.682/99 para determinação do nível de risco.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.

g) Outros Valores e Bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data é reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a título de originação de operações de crédito efetuadas após 02 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e a partir de 02 de janeiro de 2016 são diferidas a razão de um terço (1/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, ou o prazo do contrato, dos dois o menor sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período. O saldo residual dessas comissões foi integralmente lançado ao resultado em dezembro de 2019.

A partir de 02 de janeiro de 2017 as comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito serão apropriadas integralmente ao resultado.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

h) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.



k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

l) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25) e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

O detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 13.3.1.

n) Provisão para Impostos e Contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%, em vigor a partir de março de 2020, conforme previsto no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019, dado que a alíquota de 15% foi aplicada ao longo do ano de 2019, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% a partir de novembro de 2019 (40% de janeiro a outubro de 2019), em vista a majoração da contribuição social prevista no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

A provisão para contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída às alíquotas de 2% e 5% aplicadas sobre as receitas de prestação de serviços.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

p) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas do conglomerado e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na nota nº 18.3.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidade	226.799	105.150
Aplicações no mercado aberto	948.993	1.994.722
Aplicações em moedas estrangeiras	-	111.821
Total	1.175.792	2.211.693



4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31.12.2020					31.12.2019
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Posição Bancada	196.162	-	-	-	196.162	1.280.550
Posição Financiada	752.831	-	-	-	752.831	714.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	4.014	74.175	-	78.189	114.285
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	513.842	513.842	285.314
Total	948.993	4.014	74.175	513.842	1.541.024	2.394.321
Curto prazo					1.027.182	2.220.828
Longo prazo					513.842	173.493

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1. Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

Descrição	31.12.2020								31.12.2019
	Ajuste a mercado				Por Vencimento				Valor de mercado
	Valor de custo/ contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	90.858	(223)	-	90.635	-	204	75	90.356	199
Letras do Tesouro Nacional - LTN	419.623	1.724	-	421.347	-	150.469	40.636	230.242	774.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.748.822	23.881	-	1.772.703	923.090	8.853	-	840.760	1.262.932
Cotas de Fundo de Direitos Creditórios (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	118.850
	2.259.303	25.382	-	2.284.685	923.090	159.526	40.711	1.161.358	2.156.350
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LFT	645	-	-	645	-	-	-	645	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)	3.962.466	37.630	47.734	4.047.830	-	-	445.300	3.602.530	1.926.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN (*)	1.461.441	5.835	25.762	1.493.038	-	-	-	1.493.038	1.080.524
Debêntures	1.667.416	-	(9.978)	1.657.438	-	-	1.028.584	628.854	534.168
Nota Soberana	1.672.800	-	(3.055)	1.669.745	909.353	760.392	-	-	-
Ações em Cia Fechada	2.128	-	438	2.566	-	-	-	2.566	1.595
Cotas FILCB	34.996	-	-	34.996	-	-	-	34.996	34.180
Nota Promissoria	119.948	-	(96)	119.852	-	119.852	-	-	-
CDB	87.738	-	1.107	88.845	1.759	-	87.086	-	85.613
	9.009.578	43.465	61.912	9.114.955	911.112	880.244	1.560.970	5.762.629	3.662.857
Subtotal do ativo	11.268.881	68.847	61.912	11.399.640	1.834.202	1.039.770	1.601.681	6.923.987	5.819.207
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	103.772	30.318	-	134.090	4.026	63.856	44.124	22.084	39.994
Operações a termo	1.396.489	(34.968)	-	1.361.521	545.058	417.370	268.851	130.242	836.391
Operações de "swap"	505.684	831.576	-	1.337.260	28.824	107.856	33.908	1.166.672	453.727
	2.005.945	826.926	-	2.832.871	577.908	589.082	346.883	1.318.998	1.330.112
TOTAL DO ATIVO	13.274.826	895.773	61.912	14.232.511	2.412.110	1.628.852	1.948.564	8.242.985	7.149.319
Curto prazo				7.150.884					3.786.758
Longo prazo				7.081.627					3.362.561
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	651.944	(234.419)	-	417.525	23.660	65.901	124.719	203.245	414.498
Operações a termo	1.130.557	(51.946)	-	1.078.611	482.493	311.448	203.563	81.107	950.994
Operações de "swap"	1.917.209	315.624	-	2.232.833	24.975	476.832	84.363	1.646.663	1.107.942
	3.699.710	29.259	-	3.728.969	531.128	854.181	412.645	1.931.015	2.473.434
Curto prazo				1.797.954					1.315.743
Longo prazo				1.931.015					1.157.691

(*) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

(**) Se refere a cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira era composta basicamente de direitos creditórios.



Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de “swap”, termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de “swap”** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. O valor justo dos “swaps” é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como “Black & Sholes”, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Valor nominal por contraparte	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBOVESPA		Valor nominal 31.12.2019
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	Valor nominal 31.12.2020	
Operações com opções	9.682	7.703.611	424.567	1.224	468.125	8.607.209	4.304.067
Comprada	-	3.112.363	-	-	65.625	3.177.988	1.872.817
Vendida	9.682	4.591.248	424.567	1.224	402.500	5.429.221	2.431.250
Operações com “swap”	-	575.000	21.341.760	3.013.796	1.975.652	26.906.208	22.354.060
“Swap”	-	575.000	21.341.760	3.013.796	1.975.652	26.906.208	22.354.060
Operações com futuros	-	-	-	-	39.048.084	39.048.084	44.407.698
Comprada	-	-	-	-	23.691.732	23.691.732	21.612.668
Vendida	-	-	-	-	15.356.352	15.356.352	22.795.030
Operações a termo	-	32.690.049	707.396	46.752	-	33.444.197	17.674.754
Comprada	-	14.639.622	628.794	46.752	-	15.315.168	9.710.159
Vendida	-	18.050.427	78.602	-	-	18.129.029	7.964.595
Total						108.005.698	88.740.579

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 31.12.2020	Valor nominal 31.12.2019
Operações com opções	134.090	417.525	8.607.209	4.304.067
Compra de opção de:	134.090	-	3.177.988	1.872.817
Compra de Dólar	132.718	-	3.150.107	1.648.560
Venda de Dólar	1.372	-	27.881	224.257
Venda de opção de:	-	417.525	5.429.221	2.431.250
Compra de Dólar	-	56.703	1.851.206	70.878
Compra de Ações	-	253.997	433.498	668.722
Venda de Ações	-	3.190	2.154	8.131
Venda de Dólar	-	103.635	3.142.363	1.683.519



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			31.12.2020	31.12.2019
Operações com "swap"	1.337.261	2.232.833	26.906.208	22.354.060
Ações x DI	55.787	112.473	1.937.508	2.785.809
Ações x PRÉ	208.533	-	2.002.051	513.528
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	467.201	-	4.378.614	4.373.317
Cupom de Dólar x LIBOR	-	518.310	4.344.829	4.518.365
Cupom de Dólar x PRÉ	95.941	-	200.000	230.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	567.866	3.682.315
DI x Ações	13.681	1.447	323.961	306.279
DI x Cupom de Dólar	145.965	854.620	6.278.254	3.101.401
DI x Cupom de Euro	919	125.362	251.906	275.748
DI x Índice de Preço	-	326.041	880.024	700.024
DI x PRE	9	5.608	267.663	237.475
Índice de Preço x DI	129.902	-	1.135.890	159.920
PRÉ x Ações	-	208.533	2.002.051	513.528
PRÉ x Cupom de Dólar	180.895	14.204	1.200.240	59.000
PRÉ x Cupom de Euro	38.428	66.235	1.135.351	605.326
PRÉ x DI	-	-	-	292.025
Operações com futuros	-	-	39.048.084	44.407.698
Operações com futuros - Comprada	-	-	23.691.732	21.612.668
Cupom Cambial - DDI	-	-	10.723.750	6.147.291
DI	-	-	6.296.710	7.399.144
Moedas	-	-	6.671.272	8.066.233
Operações com futuros - Vendida	-	-	15.356.352	22.795.030
Cupom Cambial - DDI	-	-	1.817.395	2.764.021
DI	-	-	12.797.102	11.290.108
Moedas	-	-	741.855	8.740.901
Operações a termo	1.361.520	1.078.611	33.444.197	17.674.754
Operações a termo - Comprada	808.699	683.533	15.315.168	9.710.159
Moeda	543.022	418.149	15.315.168	9.710.159
Títulos Públicos	265.677	265.384	-	-
Operações a termo - Vendida	552.821	395.078	18.129.029	7.964.595
Moeda	398.311	240.053	18.129.029	7.964.595
Títulos Públicos	154.510	155.025	-	-
Total	2.832.871	3.728.969	108.005.698	88.740.579
Curto prazo	1.513.873	1.797.954		
Longo prazo	1.318.998	1.931.015		

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$1.249.568 (R\$1.039.253 em 12.2019).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DI Futuro	02.01.2025	104.406	Títulos - NTN	pré-fixadas	98.578	104.413	5.835
DDI Futuro	02.01.2026	977.875	Instr. Dívida-Res.4.192	Dólar	917.232	977.820	(6.764)
DI Futuro	01.07.2024	3.432.111	CDI	pré-fixadas	3.408.493	3.432.368	(97.619)
DI Futuro	01.10.2025	223.752	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	222.530	223.741	(1.210)
DI Futuro	03.10.2022	1.872.722	Títulos - LTN	pré-fixadas	1.835.231	1.872.862	12.205

"Hedge" de Fluxo de Caixa

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no patrimônio líquido
DI Futuro	04.01.2021	181.673	LF	Pós	181.540	181.708	92

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2020, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	31.12.2020						31.12.2019	
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber (*)	Transações de pagamento a receber	Total	Total
AA	2.498.884	750.322	19.009	4.082.527	1.062.029	-	8.412.771	4.843.132
A	5.431.665	98.687	70.056	1.252.512	839.441	1.797.905	9.490.266	10.802.827
B	47.922	211.059	45.523	315.911	63.196	8.594	692.205	1.099.113
C	114.615	730	1.156	-	-	3.920	120.421	207.398
D	32.965	404	-	377.284	-	2.532	413.185	87.840
E	16.951	4.491	-	-	-	361	21.803	64.297
F	44.898	1.977	-	-	-	230	47.105	194.904
G	28.581	1.178	-	-	-	111	29.870	57.457
H	351.279	32.409	-	115.605	-	6.348	505.641	294.357
Total 31.12.2020	8.567.760	1.101.257	135.744	6.143.839	1.964.666	1.820.001	19.733.267	17.651.325
PDD	486.014	44.235	1.552	216.679	10.116	20.800	779.396	628.828
Curto prazo - empréstimos							15.143.212	12.013.213
Longo prazo - empréstimos							4.590.055	5.638.112
Curto prazo - PDD							564.205	439.902
Longo prazo - PDD							215.191	188.926

(*) No exercício de 2020 foi cedido o montante de R\$4.437.647 (R\$284.188 em 12.2019) da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	31.12.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Pessoa Física	7.893.400	40,00	10.441.225	59,15
Serviços	4.953.912	25,10	3.215.317	18,22
Indústria	2.983.718	15,12	2.281.671	12,93
Comércio	1.252.366	6,35	285.121	1,61
	17.083.396	86,57	16.223.334	91,91
Setor público:				
Governo Federal	2.649.871	13,43	-	-
Governo Estadual	-	-	1.427.991	8,09
	2.649.871	13,43	1.427.991	8,09
Total	19.733.267	100,00	17.651.325	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	31.12.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	11.457.852	58,06	7.652.540	43,35
De 181 a 360 dias	3.394.273	17,20	4.132.934	23,42
Acima de 361 dias	4.590.055	23,26	5.638.112	31,94
Vencidos:				
Até 14 dias	11.850	0,06	16.204	0,09
De 15 a 60 dias	36.602	0,19	48.761	0,28
Vencidas há mais de 60 dias	242.635	1,23	162.774	0,92
Total	19.733.267	100,00	17.651.325	100,00



6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	01.07 a	01.01 a	01.01 a
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2019
Saldo inicial do semestre/exercícios	750.038	628.828	596.037
Constituição da provisão	493.562	942.263	820.990
Reversão da provisão	(126.625)	(172.669)	(219.245)
Baixa da provisão	(337.579)	(619.026)	(568.954)
Saldo inicial do semestre/exercícios	779.396	779.396	628.828
Provisão específica	655.946	655.946	531.329
Provisão prudencial	123.450	123.450	97.499

No exercício de 2020 houve recuperação referente a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$33.004 (R\$21.494 em 12.2019) e contratos renegociados no valor de R\$5.939.219 (R\$4.615.439 em 12.2019). Os saldos de créditos baixados e controlados em conta de compensação montam R\$1.686.924 (R\$1.433.859 em 12.2019).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Outros Créditos - Carteira de Câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	31.12.2020		31.12.2019	
Câmbio comprado a liquidar		16.499.049		7.753.864
Direitos sobre venda de câmbio		12.167.748		6.669.500
Adiantamentos em moeda nacional		(1.560)		(99)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1)	128.207		44.419
Total		28.793.444		14.467.684
Curto prazo		27.831.089		13.370.672
Longo prazo		962.355		1.097.012
PASSIVO	31.12.2020		31.12.2019	
Câmbio vendido a liquidar		12.324.563		6.752.226
Obrigações por compra de câmbio		16.162.066		7.712.736
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1)	(6.015.632)		(2.122.694)
Total		22.470.997		12.342.268
Curto prazo		21.505.453		11.237.611
Longo prazo		965.544		1.104.657

7.2 Ativos fiscais correntes e diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	2º Semestre 2020				Exercício 2020				Saldo em 31.12.2019
	Saldo em 30.06.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020	
Imposto de renda									
<i>Diferenças temporárias:</i>									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	182.832	56.776	(39.138)	200.470	159.386	155.029	(113.945)	200.470	159.386
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	1.611	-	(1.569)	42	2.235	42	(2.235)	42	2.235
Provisão para riscos fiscais	130.910	1.743	-	132.653	132.776	4.157	(4.280)	132.653	132.776
Provisão para outros passivos contingentes	66.980	1.147	(4.297)	63.830	67.379	2.872	(6.421)	63.830	67.379
Provisão de avais e fianças	17.500	3.720	(5.397)	15.823	30.144	5.291	(19.612)	15.823	30.144
Provisão para outros passivos	40.099	11.274	(822)	50.551	47.166	39.170	(35.785)	50.551	47.166
Provisões diversas	64.187	-	(18.990)	45.197	44.377	9.689	(8.869)	45.197	44.377
Amortização Ágio	1.423	-	(50)	1.373	4.869	-	(3.496)	1.373	4.869
Prejuízo fiscal	6.757	-	(204)	6.553	7.430	-	(877)	6.553	7.430
	512.299	74.660	(70.467)	516.492	495.762	216.250	(195.520)	516.492	495.762



Descrição	2º Semestre 2020				Exercício 2020				Saldo em 31.12.2019
	Saldo em 30.06.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020	
Contribuição social									
<i>Diferenças temporárias:</i>									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.267	45.421	(31.311)	160.377	127.509	124.024	(91.156)	160.377	127.509
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	1.289	-	(1.255)	34	1.788	34	(1.788)	34	1.788
Provisão para riscos fiscais	104.726	1.395	-	106.121	106.219	3.326	(3.424)	106.121	106.219
Provisão para outros passivos contingentes	53.590	919	(3.439)	51.070	53.909	2.298	(5.137)	51.070	53.909
Provisão de avais e fianças	14.000	2.975	(4.317)	12.658	24.115	4.233	(15.690)	12.658	24.115
Provisão para outros passivos	32.066	8.132	230	40.428	36.670	31.338	(27.580)	40.428	36.670
Provisões diversas	51.332	-	(15.191)	36.141	35.485	7.751	(7.095)	36.141	35.485
Amortização Ágio	1.151	-	(41)	1.110	3.222	-	(2.112)	1.110	3.222
Base negativa	2.134	-	(73)	2.061	3.088	-	(1.027)	2.061	3.088
	406.555	58.842	(55.397)	410.000	392.005	173.004	(155.009)	410.000	392.005
Impostos e contribuições a compensar									
IRPJ e CSLL - antecipação	87.332	49.550	-	136.882	28.666	136.882	(28.666)	136.882	70.998
Demais impostos a compensar	207.157	3.243	-	210.400	235.986	-	(25.586)	210.400	193.655
	294.489	52.793	-	347.282	264.652	136.882	(54.252)	347.282	264.653
Total	1.213.343	186.295	(125.864)	1.273.774	1.152.419	526.136	(404.781)	1.273.774	1.152.420

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas Demonstrações Financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é:

Projeção	2021	2022	2023	2024	2025	de 2026 até 2030	Total
Créditos tributários	361.388	155.040	46.595	20.946	193.938	148.585	926.492
Total 31.12.2019							887.767

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2020, é estimado em R\$760.590 (R\$711.380 em 12.2019) utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.720 e a Resolução BCB nº 2, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamento de comissão	8.667	10.434
Valores a receber de sociedades ligadas	619	1.840
Antecipação de portabilidade	38.614	38.198
Pagamentos a ressarcir	2.688	192
Devedores diversos - Exterior	162.757	25.860
Devedores diversos - País	91.014	200.575
Adiantamentos diversos	6.742	7.585
Devedores por depósitos em garantia	714.161	680.344
Total	1.025.262	965.028
Curto prazo	370.595	428.896
Longo prazo	654.667	536.132



8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país em 31 de dezembro de 2020.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.		
Informações relevantes sobre o investimento:		
Patrimônio Líquido	37.543	25.015
Resultado do período	(683)	9.789
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	(508)	7.281
Participação Societária	27.924	18.606
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.		
Participação Societária	1.313	674
Resultado da participação em controlada	(768)	-
	545	674
Valor contábil do investimento	28.469	19.280

No exercício de 2020 foram realizados aportes de capital na companhia CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. no valor total de R\$639 (R\$288 em 2019).

9. INTANGÍVEL

Apresentamos abaixo a composição do intangível em 31 de dezembro de 2020.

	<u>31.12.2020</u>			<u>31.12.2019</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Contábil</u>
Ágio incorporado - Submarino Finance	35.577	(9.560)	26.017	27.897
Outros ativos intangíveis	144.975	(79.395)	65.580	67.049
Total	180.552	(88.955)	91.597	94.946

10. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento existente em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Em quantidade de dias					Total 31.12.2020	Total 31.12.2019
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	898.787	-	-	-	-	898.787	433.807
Depósito interfinanceiro	-	-	341.181	149.260	-	490.441	19.342
Depósito a prazo	-	255.328	2.975.514	3.303.728	1.920.014	8.454.584	4.174.514
Depósito em moeda estrangeira	297.700	-	-	-	-	297.700	210.463
Total	1.196.487	255.328	1.196.487	3.452.988	1.920.014	10.141.512	4.838.126
Curto prazo						8.221.498	3.532.898
Longo prazo						1.920.014	1.305.228

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento existente em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Em quantidade de dias				Total 31.12.2020	Total 31.12.2019
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Letras Financeiras	328.133	370.870	94.209	452.048	1.245.260	2.926.016
Letras de Créditos de Agronegócio	-	494.896	424	1.249	496.569	424.022
Certificado de Operações Estruturadas	97.012	238.571	224.557	836.168	1.396.308	2.066.361
Total	425.145	1.104.337	319.190	1.289.465	3.138.137	5.416.399
Curto prazo					1.848.672	3.126.586
Longo prazo					1.289.465	2.289.813

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de empréstimos e repasses em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	<u>31.12.2020</u>			<u>31.12.2019</u>
	<u>Vencíveis até</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações em Moedas estrangeiras	23.10.2024	0,10% a 7,47% a.a.	6.442.565	4.565.042
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	0,10% a 8,20% a.a.	300.888	-
Operações de Repasses do País - FINAME	16.08.2021	5,70% a.a.	1.069	3.143
Operações de Repasses do País - FUNCAFE	15.09.2022	2,00% a 4,00% a.a.	76.165	132.214
Repasses no Exterior	15.12.2021	1,00% a 5,11% a.a.	2.901.440	2.371.099
Total			9.722.127	7.071.498
Curto prazo			8.923.147	5.922.585
Longo prazo			798.980	1.148.913



13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	286.455	28.616
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	168.809	256.022
Total	455.264	284.638
Curto prazo	449.664	279.231
Longo prazo	5.600	5.407

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$162.639 (R\$250.531 em 12.2019), tendo como contrapartida R\$64 no patrimônio líquido (R\$7.327 em 12.2019) e no resultado R\$87.828 (R\$75.181 em 12.2019).

13.2 Dívida Subordinada

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 3.444/07	-	25.386
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13	978.120	1.078.386
Total	978.120	1.103.772
Curto prazo	34.196	62.574
Longo prazo	943.924	1.041.198

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$70 milhões equivalentes a R\$451.058 (R\$332.369 em 12.2019), já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2020 com juros de 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2026. Em julho de 2020 houve uma nova captação representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$100 milhões equivalente a R\$527.062, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2020 com juros de 4,10% a.a. vencíveis até janeiro de 2031. O Banco Central do Brasil aprovou em 26 de janeiro de 2021 que essa dívida de US\$100 milhões passe a compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil. A aprovação foi com efeito retroativo a data da emissão. O banco manteve capital em nível superior aos requerimentos prudenciais desde Julho de 2020, portanto a dívida será adicionada ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) a partir de 26 janeiro de 2021 (vide nota 22).

Em dezembro de 2019 a dívida subordinada pela Resolução CMN nº 3.444/07 estava representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$25.386 com vencimento em fevereiro de 2020.

13.3 Diversas

Apresentamos abaixo a composição de credores diversos.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Valores a pagar à sociedade ligada	33.390	51.526
Provisão de despesas de pessoal	187.034	173.820
Valores a serem liberados aos conveniados	91.653	78.222
Provisão para despesas administrativas	93.150	95.000
Impostos e contribuições a recolher	52.187	29.753
Outras	7.694	26.400
Total	465.108	454.721
Curto prazo	398.361	397.238
Longo prazo	66.747	57.483

13.3.1 Movimentação dos Passivos Contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes.

Descrição	Fiscais (*)	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 01.01.2020	554.565	179.448	89.869	823.882
Constituição	2	-	10.455	10.457
Reversão/pagamento	(17.123)	(9.584)	(6.829)	(33.536)
Atualização monetária	16.996	322	712	18.030
Saldo em 31.12.2020	554.440	170.186	94.207	818.833
Saldo em 31.12.2019	554.564	179.448	89.869	823.881

(*) Em 31 de dezembro de 2020 a provisão para riscos fiscais é composta basicamente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$380.266 (R\$374.412 em 12.2019) e R\$61.542 (R\$60.581 em 12.2019), respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$112.433 (R\$119.374 em 12.2019) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 31 de dezembro de 2020, os riscos considerados como perda possível referem-se a trabalhista de R\$11.390 (R\$11.087 em 12.2019) e fiscais de R\$843.111 (R\$677.721 em 12.2019). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.



14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	236.432
Banco Cetelem S.A.	905.165.792

Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado

	<u>Total 31.12.2020</u>			<u>Total 31.12.2019</u>
	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	3.063.451	1.555.628	4.619.079	4.378.183
Resultado do exercício	328.750	8.112	336.862	350.337

14.2 Destinação do resultado

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

<u>Empresas</u>	<u>Dividendos mínimo obrigatório</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A. (*)	1%

(*) no exercício de 2020 os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos de 1%.

Do lucro líquido apurado no final no exercício, 5% são destinados para a constituição da Reserva Legal.

O Líder do Conglomerado auferiu lucro no exercício no montante de R\$328.750 (R\$170.879 em 12.2019) que por deliberação dos acionistas controladores foi destinado da seguinte forma: R\$16.437 a título de Reserva Legal conforme Estatuto Social (R\$8.544 em 12.2019), R\$213.713 a título de Reserva Estatutária (R\$153.791 em 12.2019), R\$8.600 a título de dividendos (R\$8.544 em 12.2019) e R\$90.000 a título de juros sobre capital próprio.

A empresa com participação de não controlador auferiu lucro no exercício no montante de R\$8.112 (R\$179.458 em 12.2019) distribuído da seguinte forma: R\$2.865 a título de Reserva Legal (R\$8.973 em 12.2019) e R\$5.247 a título de Reserva de Lucros (R\$170.485 em 12.2019).

14.3 Aumento de capital

Em março de 2019, conforme AGE - Ata da Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando de R\$1.238.066 para R\$1.754.606, com a emissão de 69.603 novas ações ordinárias passando de 166.829 para 236.432, cuja aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN ocorreu em 24 de abril de 2019.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas administrativas.

<u>Descrição</u>	<u>01.07 a 31.12.2020</u>	<u>01.01 a 31.12.2020</u>	<u>01.01 a 31.12.2019</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	37.935	79.092	88.180
Despesa de processamento de dados	63.353	119.064	111.673
Despesa de serviço de terceiro	16.355	53.537	40.388
Despesa de aluguéis	8.272	16.301	16.450
Despesa de serviço técnico especializado	134.729	247.156	250.356
Outras	92.820	205.138	216.378
Total	353.464	720.288	723.425

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas tributárias.

<u>Descrição</u>	<u>01.07 a 31.12.2020</u>	<u>01.01 a 31.12.2020</u>	<u>01.01 a 31.12.2019</u>
Despesa de contribuição à COFINS	51.858	125.412	105.278
Despesa de contribuição ao ISS	14.693	24.163	18.390
Despesa de contribuição ao PIS	8.430	20.386	17.127
Outras	9.793	16.298	5.725
Total	84.774	186.259	146.520

17. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

Apresentamos abaixo a composição de outras provisões.

<u>Descrição</u>	<u>01.07 a 31.12.2020</u>	<u>01.01 a 31.12.2020</u>	<u>01.01 a 31.12.2019</u>
Resultado de provisão de fianças prestadas	6.707	57.283	(34.830)
Reversão da provisão de contingências	13.449	5.952	(33.271)
Provisão para outras despesas e perdas operacionais	(30.151)	(81.463)	(36.552)
Provisão para reestruturação de operações	32.900	32.900	-
Total	22.905	14.672	(104.653)

Página 23



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

18.1 Outras receitas operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras receitas operacionais.

Descrição	01.07 a	01.01 a	01.01 a
	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019
Receitas sobre pré pagamentos em operações de crédito	7.564	20.914	59.467
Variação cambial	310	992	873
Receitas - multas por atraso	7.394	18.982	24.489
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal	2.331	4.570	7.151
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	5.065	12.396	24.025
Recuperação de encargos e despesas	17.279	19.934	19.122
Ressarcimento de custos operacionais	17.283	27.923	31.985
Reversão de provisões	20.499	20.499	-
Outras	19.666	24.533	11.073
Total	97.391	150.743	178.185

18.2 Outras despesas operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras despesas operacionais.

Descrição	01.07 a	01.01 a	01.01 a
	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	7.104	15.989	22.953
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas (*)	58.574	121.261	92.746
Descontos concedidos em renegociações	15.731	31.993	33.829
Convênios	16.516	38.108	46.147
Despesas operacionais com parceiros comerciais	5.022	18.078	36.753
Amortização de despesas antecipadas com parceiros - contratos	3.327	6.567	6.281
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	805	1.541	2.192
Ressarcimento de custos operacionais	20.618	48.758	18.963
Recompras não averbada	2.073	6.460	5.330
Perdão de Dívida	23.386	23.386	-
Tarifa para reestruturação de operação	31.162	31.162	-
Outras	51.152	97.230	58.126
Variação cambial	466	928	441
Total	235.936	441.461	323.761

(*) Referem-se substancialmente às baixas por utilização no encerramento de causas, de ordem cível no valor de R\$58.501 e trabalhista no valor de R\$65.054, pagas por depósitos judiciais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

18.3 Resultado não Recorrente

Apresentamos a seguir a composição do resultado não recorrente.

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido recorrente	(85.393)	340.996
Eventos não recorrentes	422.255	9.341
Receita de direitos creditórios (**)	432.231	-
Recuperação de encargos e despesas	10.087	-
Incentivo das Bandeiras	11.333	-
Estruturação de operação (cobrança de tarifa)	248	17.759
Perdão de dívida	(23.386)	-
Despesas de pandemia - Covid 19 (*)	(4.035)	-
Multas e juros sobre pagamentos em atraso	-	(5.940)
Ressarcimento de erros operacionais	(814)	(374)
Despesas não operacionais	(3.409)	(2.104)
Lucro líquido contábil	336.862	350.337

(*) Refere-se basicamente a despesas de pessoal, doações e transportes.

(**) Receita de cessões de direitos creditórios da carteira de consignado.



19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social são compostas conforme abaixo:

Descrição	01.07 a	01.01 a	01.01 a
	31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	176.150	643.604	587.411
(-) Participação dos empregados no lucro	(69.678)	(134.456)	(104.616)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	106.472	509.148	482.795
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (*)	(47.914)	(229.118)	(193.118)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:			
Exclusões (adições) permanentes			
Resultado de equivalência patrimonial	(1.097)	(229)	2.912
Notas Soberanas	13.279	15.802	14.829
Efeito da majoração de alíquota CSLL	207	13.301	65.014
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	31.131	27.958	(22.095)
Total	(4.394)	(172.286)	(132.458)

(*) Inclui o efeito da majoração da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3n.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.

"Ratting"	Garantia Prestada							
	Fiança bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	Total
AA	1.980.280	3.097.876	2.364.426	166.357	296.536	89.188	4.767	7.999.430
A	879.083	16.087	48.804	-	17.950	1.320	-	963.244
B	794.328	576.318	236.850	-	93.894	-	6.599	1.707.989
C	23.675	2.179	5.401	-	-	-	3.118	34.373
F	-	-	356	-	-	-	-	356
Total 31.12.2020	3.677.366	3.692.460	2.655.837	166.357	408.380	90.508	14.484	10.705.392
PDD	28.785	19.349	11.446	408	2.733	228	346	63.295
Total 31.12.2019	3.636.546	3.402.907	2.421.103	59.511	221.345	119.153	95.185	9.955.750
PDD	80.801	21.170	16.135	146	965	692	669	120.578

20.2 Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$113.498.984 (R\$90.737.561 em 12.2019).

20.3 Operações vinculadas

Em 31 de dezembro de 2020 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas por:

Descrição	31.12.2020				31.12.2019
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)		Ativo/(Passivo)
			Varição cambial	Juros	
Operação de crédito - Empréstimo	2.806.500	-	-	53.090	1.427.603
Empréstimos no exterior	-	2.848.350	(41.850)	(53.090)	(1.432.365)
Operação de crédito - Consignado	5.735	-	-	8.057	98.292
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	5.735	-	(8.057)	(98.292)

20.4 Transações com partes relacionadas

20.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no período representa benefícios de curto prazo de R\$31.540 (R\$26.063 em 12.2019), benefícios de longo prazo de R\$4.806 (R\$11.067 em 12.2019) e para segundo semestre de 2020 em R\$13.195 e R\$3.312, respectivamente. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações



20.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

Descrição	01.01 a 31.12.2020		01.01 a 31.12.2019	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicações em moedas estrangeiras	46	7.211	112.263	(17.388)
BNP Paribas - Paris	-	4.585	112.172	(17.504)
Grupo BNP Paribas	46	2.626	91	116
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(3.558.699)	(70.971)	(106.651)	(23.854)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	-	-	(374)	(149)
Grupo BNP Paribas	(3.482.204)	(74.305)	(106.277)	(23.705)
Carteira de câmbio	59.946	701.144	(65.928)	(173.545)
BNP Paribas - Paris	50.543	690.574	(59.591)	(179.537)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	1	(169)	4	97
Grupo Arval	3	(72)	(11.345)	119
Grupo BNP Paribas	9.395	10.733	5.003	3.528
Grupo CARDIF	-	236	-	2.241
Grupo Cetelem	4	(158)	1	7
Depósitos a prazo	(138.869)	(3.180)	(83.203)	(6.278)
Grupo Arval	(83.681)	(1.734)	(27.669)	(3.273)
Grupo BNP Paribas	(865)	8	(856)	(48)
Grupo Cetelem	(54.323)	(1.454)	(54.678)	(2.957)
Depósitos a vista	(77.656)	-	(48.872)	-
BNP Paribas - Paris	(5)	-	(3)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	(220)	-	(63)	-
Grupo Arval	(2.631)	-	(689)	-
Grupo BNP Paribas	(74.750)	-	(48.042)	-
Grupo CARDIF	(19)	-	(67)	-
Grupo Cetelem	(31)	-	(8)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)	(692.126)	963.079	(100.972)	(342.210)
BNP Paribas - Paris	(518.310)	437.185	-	-
Grupo BNP Paribas	(173.816)	525.894	(100.972)	(342.210)
Devedores/Credores diversos	159.723	156.166	21.278	60.089
BNP Paribas - Paris	153.438	131.943	16.688	17.068
Grupo Arval	107	658	798	646
Grupo BNP Paribas	6.178	10.195	1.881	8.577
Grupo CARDIF	-	1.491	1.794	33.540
Grupo Cetelem	-	11.879	117	258
Disponibilidade em moeda estrangeira	21.368	(522.854)	93.972	19.537
BNP Paribas - Paris	5.973	(64.818)	51.346	9.175
Grupo BNP Paribas	15.395	(458.036)	42.626	10.362
Dividendos a Pagar	(85.099)	-	-	-
BNP Paribas - Paris	(85.099)	-	-	-
Investimento em controlada no País	27.924	508	18.606	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	27.924	508	18.606	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(9.644.893)	(1.926.508)	(6.936.140)	(388.141)
BNP Paribas - Paris	(6.993.629)	(1.158.554)	(5.293.345)	(220.345)
Grupo BNP Paribas	(2.651.264)	(767.954)	(1.642.795)	(167.796)
Operações de Crédito	57.320	2.192	-	-
Grupo Arval	42.120	2.192	-	-
Grupo CARDIF	15.200	-	-	-



Descrição		01.01 a 31.12.2020		01.01 a 31.12.2019	
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Ordem de Pagamento moeda estrangeira		(949)	(111)	(1.357)	115
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	(147)	3	(841)	(2)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(339)	(92)	(219)	114
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	-	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(462)	(22)	(297)	3
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(978.120)	(352.243)	(1.078.386)	(123.262)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(978.120)	(97.772)	(332.368)	(41.380)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(254.471)	(746.018)	(81.882)
Resultado de Corretagem		-	8.968	-	6.985
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	8.969	-	(64)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(1)	-	7.129
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	-	-	(80)
Valores a Receber/(a Pagar) sociedade ligada		(30.595)	(34.305)	(51.526)	(57.456)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	Controlada	(2.857)	-	(3.188)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	(437)	-	(516)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(413)	27.021	(2.780)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(27.325)	(60.889)	(45.558)	(56.940)

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

21.1. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21.2. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21.3. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21.4. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).



21.5. Política de Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade

Os valores contábeis dos ativos e passivos são objeto de constante avaliação da gerência do Conglomerado Prudencial. O Conglomerado possui uma Política onde estabelece os princípios metodológicos e governança para o gerenciamento do Programa de Testes de Estresse. Esse programa é uma ferramenta importante da gestão dos riscos e na mensuração de potenciais vulnerabilidades do Conglomerado. Tem como principal objetivo mensurar o impacto potencial dos Riscos Relevantes no capital e na liquidez do Conglomerado e, a partir dos resultados auferidos, contribuir para: (i) a gestão de capital e liquidez do Conglomerado; e, (ii) a gestão integrada de riscos, em particular como referência para os exercícios de Risk ID (avaliação da materialidade) e de revisão da RAS (calibração de limites de métricas).

A metodologia utilizada no Programa de Testes de Estresse é uma combinação entre análise de sensibilidade e análise de cenários (Risco de Crédito, Risco Operacional e Risco de Mercado) ao longo do próximo exercício social, dependendo do tipo de evento de estresse considerado. Riscos financeiros em geral são tratados na análise de cenários. Eventos idiossincráticos como risco operacional por exemplo, são tratados por análise de sensibilidade.

A análise de cenários dos riscos financeiros parte dos impactos que cada risco pode causar decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. Em uma etapa seguinte, são definidos cenários macroeconômicos e de volatilidade no mercado de capitais que permitem correlacionar os impactos dos diferentes riscos.

A definição dos cenários utiliza premissas e parâmetros adversos adequadamente severos propostos pela equipe Econômica e pelos responsáveis da área de Riscos, a fim de abranger todos os riscos relevantes. Junto às demais conclusões do Comitê de Riscos, os resultados do Programa de Teste de Estresse são apresentados à Diretoria para validação, bem como apresentados no Comitê de Monitoramento de Capital. O último resultado de Teste de Estresse efetuado e apresentado obteve um resultado de 43,5% sobre o Resultado Operacional Bruto, cujo limite de RAS é 60%.

21.6. Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.518.961	4.277.633
Capital Principal	4.518.961	4.277.633
Nível II	426.336	750.018
Total PR	4.945.297	5.027.651
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	30.107.890	22.506.089
De Mercado	4.492.120	2.981.973
Operacional	4.974.127	4.549.457
Ativos ponderados pelo risco	39.574.137	30.037.519
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.165.931	2.403.001
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.779.366	2.624.650
Índice da Basileia (PR/RWA)	12,5%	16,7%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,4%	14,2%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,4%	14,2%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.



Conforme mencionado na nota 13.2, o Banco emitiu uma dívida subordinada de US\$100 milhões em julho de 2020, cuja aprovação do Banco Central para compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) ocorreu em 26 janeiro de 2021 com efeitos retroativos a sua emissão. Se o Banco tivesse considerado essa dívida no cálculo dos limites prudenciais em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio de Referência seria de R\$5.462.885 e o Índice de Basileia seria de 13,8%.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

23. OUTROS ASSUNTOS

23.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Apesar das dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e de difícil previsão, o Conglomerado BNP Paribas foi capaz de manter todos os serviços à disposição dos seus clientes, mesmo com uma demanda que se mostrou até acima da média em alguns momentos. A área de Risco do Conglomerado BNP Paribas revisou exaustivamente as carteiras de crédito onde podemos destacar o seguinte:

- *Clientes Corporativos e Institucionais*: não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia sendo que, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não foram decorrentes de impactos do Covid-19.
- *Crédito Consignado*: não houve grandes impactos uma vez que este crédito foi fomentado pelo governo que aplicou medidas para estimulá-lo neste período.
- *Cartão de Crédito e CDC*: houve queda no volume do segundo trimestre atribuída ao desaquecimento da economia e fomentado pelo enrijecimento das medidas de restrição na concessão de crédito; houve um aumento nos pedidos de renegociação de dívida nos primeiros meses da pandemia que já retornaram aos níveis pré-pandemia.

Esse monitoramento exaustivo continuará, dado que os efeitos da crise na economia ainda não são totalmente conhecidos. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do exercício graças à gestão eficiente dos custos de operação. Esse também é o cenário esperado para o próximo ano.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2021 o Banco Cetelem realizou cessão de crédito sem retenção substancial de riscos e benefícios no montante de R\$135.387 e o lucro obtido na cessão foi de R\$6.752.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/0-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

**O banco
para um mundo
em mudança**